



209

09

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5^a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PATROCÍNIO, MG

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO: MPMG-0481.16.000178-2

Aos 01 dias do mês de dezembro de 2017, às 14:20 horas, na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público desta Comarca de Patrocínio, perante o Promotor de Justiça em substituição Dr. Breno Nascimento Pacheco, compareceram o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Caio Marcos Veloso, a servidora da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Rosa Helena Borges Peres, o Secretário Municipal de Urbanismo Diogo Mendes Gonçalves e o LOTEAMENTO PARQUE DOS PÁSSAROS, na pessoa do representante ÁRITON BATISTA MARTIM REGES, brasileiro, casado, filho de Valter Batista Reges e de Maria José Gimenez Martim, inscrito no CPF sob o n. 016.336.856-24, portador da CI MG-13650858, SSP/MG, nascido aos 04/03/1988, acompanhado do advogado Dr. Wendel de Brito Lemos Teixeira, OAB/MG 91.497, este último doravante denominado **COMPROMISSÁRIO** e Resolveram firmar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com o **Ministério Públíco do Estado de Minas Gerais**, doravante denominado **compromitente** sob as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: visando a mitigação e compensação dos danos ambientais causados pelo empreendimento Parque dos Pássaros, o empreendedor se compromete a cumprir as duas condicionantes estabelecidas na Licença de Instalação concedida aos 03 de julho de 2013, ou seja: 1) Proceder ao cercamento da APP em toda a extensão correspondente ao Loteamento Parque dos Pássaros; 2) Promover o custeio ou a doação de 2.000 mudas de **espécies** nativas à SEMMA. **PRAZO: 90 (noventa dias)** a contar da lavratura do TAC.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PATROCÍNIO.MG

CLÁUSULA SEGUNDA: o empreendedor se compromete a resolver completamente o problema da erosão em toda a extensão do Loteamento Parque dos Pássaros, em especial nas áreas descritas no Parecer Técnico elaborado pela SEMMA às fls. 143/144, ou seja: a) na área dos dissipadores de energia pluvial; b) atrás de uma das quadras de esportes; c) no talude existente na lateral da estrada que dá acesso à Estação Elevatória de Esgoto existente na APP, conforme figuras 01, 02, 03 e 04 das fls. 143/144, através das seguintes medidas: a) plantio de gramíneas nos taludes descobertos; b) adoção de técnicas de controle de erosão, como arrimos, rip-rap, geotêxteis, gabião, dentre outras. **PRAZO: 90 (noventa dias)** a contar da lavratura do TAC;

CLÁUSULA TERCEIRA: o empreendedor se compromete a promover a primeira manutenção da rede de drenagem e verificação da capacidade de escoamento das bocas de lobo, tendo-se em vista os indícios (resíduos sólidos sobre as bocas de lobo, conforme figura 06 da fl. 146, e sinais de água extravasando as sargetas) do intenso escoamento pluvial superficial, ressaltando-se que, em relação à manutenção da drenagem e verificação da capacidade de escoamento das bocas de lobo, o empreendedor poderá comprovar a regularidade através de laudo técnico assinado por profissional responsável (ART) e, qualquer problema de infraestrutura relativo à drenagem encontrado neste laudo deverá ser solucionado pelo empreendedor, com aprovação prévia das Secretarias de urbanismo e meio ambiente do Município. **PRAZO: 90 dias** para elaboração do laudo de verificação de capacidade de escoamento das bocas de lobo e **um ano** para execução de eventuais medidas necessárias, podendo este último prazo ser prorrogado através de justificativa do empreendedor e aprovação prévia dos setores de urbanismo e meio ambiente.



80
972
210

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PATROCÍNIO-MG

CLÁUSULA QUARTA: o empreendedor se compromete a executar o plantio em todos os passeios dos lotes, vias públicas e nas áreas verdes do loteamento, conforme prevê o projeto paisagístico de aprovação do loteamento, cujo cumprimento é obrigatório (Plano Diretor), ou, caso o loteamento tenha sido aprovado sem tal projeto, elaborar projeto paisagístico com tal finalidade, o qual deverá ser submetido à aprovação das Secretarias de Urbanismo e Meio Ambiente antes da execução. **PRAZO: 90 (noventa dias)** a contar da lavratura do TAC para elaboração do projeto paisagístico (caso necessário) e **02 anos** para execução do projeto e acompanhamento das árvores a serem plantadas, às quais deverão ser despendidos todos os cuidados necessários à sobrevivência saudável (coroamento, controle de pragas, adubaçao, etc).

CLÁUSULA QUINTA: Elaborar e executar, por profissional habilitado (com ART) um plano de reconstituição de mata ciliar e de toda a margem da APP (30m) existente dentro do loteamento, devendo constar do plano todo o cronograma de execução de plantio de espécies de árvores na APP exclusivamente nativas do cerrado e adaptadas para o crescimento no local, principalmente na margem do curso hídrico, onde já está sem cobertura vegetal, conforme figura 05 (fl. 145). O plano deverá ser submetido à aprovação da Secretaria de Meio Ambiente e do CODEMA antes da execução. **PRAZO: 90 (noventa dias)** a contar da lavratura do TAC para elaboração do projeto (PTRF) e **02 anos** para execução do projeto e acompanhamento das árvores a serem plantadas, às quais deverão ser despendidos todos os cuidados necessários à sobrevivência saudável (coroamento, controle de pragas, adubaçao, etc).

CLÁUSULA SEXTA: o empreendedor compromete-se a realizar a abertura de aceiros após o cercamento da APP, com o intuito de evitar a propagação de possíveis incêndios até a mata ciliar e que também causem danos ao solo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5^a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PATROCÍNIO, MG

(destruição da serrapilheira, destruição de microrganismos benéficos – decompositores) e comprometam a infiltração de água da chuva. **PRAZO:** 60 (sessenta) dias após o cercamento da APP.

CLAUSULA SÉTIMA: o **compromitente** deverá entregar na 5^a Promotoria de Justiça desta Comarca de Patrocínio documento comprovando o cumprimento das cláusulas deste TAC após seis meses do plantio e aceiro (a ser confeccionado pelo CODEMA ou pela Polícia Militar do Meio Ambiente);

CLÁUSULA OITAVA: o descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, acarretará a cominação de penalidade pecuniária ao COMPROMISSÁRIO, correspondente ao pagamento da multa diária de **R\$100,00 até o limite total de R\$100.000,00 (cem mil reais)** por todas as cláusulas em conjunto, valor este a ser corrigidos monetariamente pela tabela oficial do E. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a partir da data de assinatura deste TERMO DE COMPROMISSO, mais juros moratórios de valor de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, a partir da data da inadimplência.

§ 1º. Os valores das multas serão revertidos para o **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PATROCÍNIO/MG** ou, na hipótese de extinção deste, aos cofres públicos estaduais.

E, por estarem de acordo, firmam o presente termo de ajustamento de conduta, que vai assinado pelo Promotor de Justiça em substituição Dr. Breno Nascimento Pacheco, o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Caio Marcos Veloso, a servidora da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Rosa Helena Borges Peres, o Secretário Municipal de Urbanismo



81
211
208

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PATROCÍNIO MG

Diogo Mendes Gonçalves, pelo Loteamento Parque dos Pássaros, pelo advogado Dr. Wendel de Brito Lemos Teixeira, OAB/MG 91.497, pela analista do Ministério Público Jacqueline dos Santos e pelas testemunhas abaixo nominadas.

Lido e assinado, o presente compromisso, impresso em cinco laudas, constitui-se **TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL**.

Patrocínio/MG, 01 de dezembro de 2017.

PROMOTOR DE JUSTIÇA: _____

COMPROMISSÁRIO: Aurélio Belchior Negreiros

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE: Márcio Meirelles

SECRETÁRIO DE URBANISMO: Diogo Meirelles

SERVIDORA DA SEMMA (engenheira): Ana Cláudia Borges Almeida

ADVOGADO: Wendel de Brito Lemos Teixeira

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Jacqueline dos Santos

Testemunhas:

1) ZP137
Maria Júlia Borges de Oliveira – CPF: 491.594.706-82

2) Q. Lopes
Jacqueline Ramos das Chagas / CPF: 535.372.976-53

